

Cenografia e ethos: o discurso da intolerância e polarização política no *Twitter*

Scenography and ethos: the discourse of intolerance and political polarization on Twitter

Ernani Cesar de Freitas¹
Luis Henrique Boaventura²

¹Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil,
Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

²Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.



Resumo: Este artigo analisa a encenação discursiva no *Twitter* sobre um espectro político intensamente polarizado onde as partes do debate deixam de encadear uma negociação legítima de sentido entre si, dirigindo o ato enunciativo para apreciação de seus pares de debate e atribuindo ao lado oposto uma mera função a cumprir como antifidador de um mundo ético negativo cuja caracterização forja um contraste que fortalece o ethos do enunciador. O marco teórico se situa sobre a cenografia e ethos de Maingueneau (2008a), com amparo do ato ético de Bakhtin (2012) e da comunicação ubíqua de Santaella (2014). A análise recai sobre um *tweet* de réplica acerca da morte de Dona Marisa Leticia em fevereiro de 2017 e da atmosfera de intolerância que cobriu as redes sociais. Concluímos que as oposições da polarização operam uma encenação discursiva a serviço de sua preservação identitária que as previne de acolher perspectivas contrárias.

Palavras-chave: ethos; ato ético; ubiquidade; cenografia; *Twitter*.

Abstract: This article analyzes the discursive staging on Twitter on an intensely polarized political spectrum where the parties of the debate fail to chain a legitimate negotiation of meaning among themselves, directing the enunciative act to appreciation of their pairs of debate and assigning to the opposite side a mere function to fulfill as an anti-guarantor of a negative ethical world whose characterization forges a contrast that strengthens the ethos of the enunciator. The theoretical framework is based on the scenography and ethos of Maingueneau (2008a), supported by the ethical act of Bakhtin (2012) and the ubiquitous communication of Santaella (2014). The analysis is based on a tweet about the death of Dona Marisa Leticia and the atmosphere of intolerance that covered social networks. We conclude that the oppositions of polarization operate a discursive staging in the service of their identity preservation that prevents them from accepting opposing perspectives.

Keywords: ethos; ethical act; ubiquity; scenography; Twitter.

Introdução

Vivemos uma era de intensa polarização política e incomunicabilidade, sobretudo nas redes sociais, permeadas pelo ódio e pela intolerância a perspectivas que não façam validar a identidade e as concepções do sujeito. Via de regra, o enunciador não consegue reconhecer no seu coenunciador um parceiro legítimo do ato de troca; ao invés disso, o locutor projeta no coenunciador a figura de antifidador (antagonista do ato) para servir de oposição ao seu mundo ético, do qual ele pretende fazer engajar o real alvo do seu ato enunciativo: o público participante do seu lado da polarização. Essa incomunicabilidade entre oposições políticas, apesar de comum e bem documentada ao longo do século XX, ganha tons de um novo fenômeno nas redes sociais, ligado ao “pós-fato”, às “fake news” e à falência da credibilidade em instituições jornalísticas, o que parece expandir o volume do antagonismo entre os lados dessensibilizando mesmo os momentos mais extremos da condição humana — como a morte.

Procuramos entender esse fenômeno partindo dos ataques dirigidos nas redes sociais à Dona Maria Leticia à época de sua morte em fevereiro de 2017. Concluiu-se que o enunciador do ato, um sujeito ubíquo (que, derivado da definição de Santaella, 2014, é a articulação entre o ser físico e sua projeção virtual, ambos seres sociais), quando localizado em um contexto altamente polarizado, procura encenar sua comunicação com um coenunciador a quem é atribuído um papel de antagonista em sua cenografia, não com quem se estabelece real negociação de sentido. Por essa razão, chamamos esse coenunciador antagonizado pela encenação do ato de *coenunciador aparente*. O diálogo pode até ser operado com esse coenunciador, mas a direção do ato é outra: um segundo coenunciador (chamado de *coenunciador legítimo*) que previamente compartilha das convicções e valores do enunciador, que divide com este o mesmo lado da polarização. Nenhuma negociação de sentido chega a ser estabelecida com o antagonista do ato porque o enunciador não dispensa a ele sequer uma intenção de persuasão. Ele não é visto pelo enunciador como um parceiro legítimo para a troca, apenas como um personagem na encenação do ato enunciativo que tem como coenunciador legítimo um sujeito (ou sujeitos) cujas convicções e visões de mundo são validadas pelo ato enunciativo, e que, em retribuição, valida as convicções e valores do enunciador, o que é facilitado por ferramentas de recompensa incorporadas às redes sociais, como o botão “curtir”.

A questão norteadora deste estudo é a seguinte: o enunciador ubíquo opera sua cenografia no *Twitter*, em um contexto de intensa polarização política, atribuindo a seu coenunciador aparente a função de antifidador do discurso,

projetando um ethos que se fortalece pelo contraste com o antagonista do ato para validar a identidade de seus seguidores na rede social e, conseqüentemente, ter sua própria identidade validada por esses. O objetivo é demonstrar o funcionamento desse processo de encenação em uma situação de comunicação ubíqua, em que os participantes da encenação discursiva se fazem presentes em múltiplos espaços sociais simultaneamente.

O marco teórico, neste trabalho, faz uma articulação entre a filosofia do ato responsável, de Bakhtin (2012), a comunicação ubíqua, de Santaella (2014), e a cenografia e o ethos, de Maingueneau (2008a). A pesquisa é descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa; o procedimento foi observacional e o método utilizado foi o dedutivo. Nosso *corpus* se constitui pela réplica (*reply*) de um usuário (Renato Barbosa) a um *post* de Leonardo Boff na rede social *Twitter*; em relação ao falecimento de Dona Marisa Leticia no dia 3 de fevereiro de 2017.

Este artigo é dividido em “1 Ato ético e ubiquidade”, que busca reconciliar a singularidade da posição assumida pelo sujeito na enunciação (o que o imbui da responsabilidade para agir), de acordo com Bakhtin (2012), com a realidade da comunicação ubíqua atual notada por Santaella (2013), em que o sujeito ocupa a um só tempo mais de uma posição social; “2 Cenografia, fiador e antifidador no *Twitter*”, que fundamenta teoricamente a pesquisa sobre o ethos e a cenografia em Maingueneau (2008a, 2008b); “3 Procedimentos metodológicos” e “4 A incomunicabilidade entre os lados da polarização”, que dispõe da análise do *corpus* e está dividido em “4.1 A polarização do espectro político nacional”, “4.2 Dona Marisa Leticia e o ódio teleguiado” e “4.3 A encenação no *Twitter* e seus desdobramentos”.

1 Ato ético e ubiquidade

Há um desafio inerente à noção de ubiquidade de Santaella (2013), que trata da presença simultânea do sujeito em múltiplos espaços sociais: apontar a posição do sujeito no mundo, uma tarefa fundamental para operar a cenografia e o ethos em Maingueneau (2008a, 2008b), o que depende da determinação de uma cronografia (um momento na cena enunciativa) e de uma topografia (um lugar na cena enunciativa), o que nos parece razoável ao considerar a ênfase dada por Bakhtin (2012) à singularidade do sujeito. Procuramos consociar na sequência a comunicação ubíqua e o ato ético responsável com a finalidade de firmar a base sobre a qual aplicaremos os conceitos de *ethos* e de *cenografia* para analisar interações comunicacionais na rede social *Twitter*. O que se faz aparente, a partir dessa articulação, é que, apesar da fragmentação do sujeito imposta pelos processos de comunicação na rede, o que exige sua projeção simultânea

em vários círculos sociais, a sua condição de indivíduo permanece inalienável, embora mais difícil de determinar.

Na conjectura atual, como sabemos, o indivíduo parece se desmaterializar e rarefazer sob a compressão do não-território, do não-espaço, “locus” onde físico e virtual se confundem e onde pontos de referência são difusos ou mesmo irrastráveis; nesse contexto, a comunicação ganha condição de ubíqua e o sujeito vive em hiper mobilidade, estado chamado de “era dos fluxos” (em oposição a “era da navegação”) por Santaella e Lemos (2010, p. 94): “a mudança de paradigma entre a era da navegação e a dos fluxos é brutal. Na era dos fluxos, virtual e real são sentidos como se fossem uma só e mesma coisa [...]”. Pontos de referência antes estáveis se tornam voláteis, incognoscíveis, e a constituição de identidades bem delimitadas fica comprometida, obscurecendo a encenação de um enunciado operada (de forma integral ou em parte) na rede (BOAVENTURA, 2017). Bakhtin (1997, 2012), muito antes do advento da web, situou o ato ético como a ocupação de um lugar ímpar no mundo, a partir do qual o sujeito contrai a responsabilidade de responder por seus atos, o que Sobral (2008) chamou de *ato responsável*. “Neste preciso ponto singular no qual agora me encontro, nenhuma outra pessoa jamais esteve no tempo singular e no espaço singular de um existir único” (BAKHTIN, 2012, p.96). O que significa dizer que, por mais variadas e frequentes que sejam as trocas nas redes sociais, cada ato é único.

A singularidade desse ponto na esfera social ganha uma nova dimensão sob a ubiquidade. Enquanto ser singular, não há fuga possível às consequências do ato, entretanto – e este é o elemento novo a se considerar ao trazer a filosofia do ato responsável para a era da hiper mobilidade – o sujeito não é apenas singular, mas também ubíquo, presente ao mesmo tempo em múltiplas estâncias sociais. O sujeito ubíquo complementa os três tipos de leitor dispostos por Santaella (2004, 2013): o *contemplativo* (leitor meditativo da idade pré-industrial), o *movente* (proveniente da Revolução Industrial e dos grandes centros urbanos) e o *imersivo* (que surge nas novas redes computadorizadas de comunicação). Quase uma década mais tarde, a pesquisadora adicionou um 4º tipo de leitor a este panorama: o leitor ubíquo. De acordo com Santaella (2013, cap. 13, p.11), “[...] as transformações por que tem passado a cultura digital [...] são de causar assombro. [...] nesse curto espaço de tempo, surgiu um quarto tipo de leitor que batizei de leitor ubíquo”. Segundo Santaella (2014, p. 10), o leitor “é ubíquo porque está continuamente situado nas interfaces de duas presenças simultâneas, a física e a virtual [...]”. O leitor ubíquo, conectado ao *Twitter* enquanto pega um metrô em São Paulo, por exemplo, tem a qualidade de

ocupar espaços distintos ao mesmo tempo: o espaço físico e o espaço virtual, ambas arenas sociais.

A ubiquidade, em Santaella (2013), reconcilia a comunicação e as inter-relações humanas a partir da hiper mobilidade provida pelos *gadgets* da *internet das coisas*, em que o Wi-Fi torna-se maciçamente presente na contemporaneidade, sobretudo em espaços urbanos, o que leva Santaella (2013) a afirmar que a ubiquidade é a condição contemporânea da nossa existência. Em termos comunicacionais, o sujeito converte-se em uma entidade semidivina, onipresente, e cuja presença fantasmática do seu correlativo virtual permanece mesmo após a desconexão do ser físico (ou mesmo morte, embora haja procedimentos para evitar que perfis de pessoas falecidas continuem ativos na rede).

O que se conclui é que essa revisão não inviabiliza o que comenta Bakhtin (2012) acerca do existir singular do sujeito, visto que essa condição se verifica relativamente a um *outro*, enquanto a proposição de Santaella (2013) de que o sujeito é ubíquo aponta que essa condição se encerra em si mesma dentro das restrições de cada espaço ocupado. “[...] eu também sou participante no existir de modo singular e irrepitível, e eu ocupo no existir singular um lugar único, irrepitível, insubstituível e impenetrável da parte de um outro” (BAKHTIN, 2012, p. 96). Trata-se aqui de um posicionamento singular na enunciação, em relação ao *outro*, o que é regulado por dinâmicas sociais; na ubiquidade, os espaços sociais são muitos, e embora o sujeito os ocupe simultaneamente, seu existir é único no contexto de cada espaço social individualmente, onde seu ato segue sendo responsável (ato ético). A ausência de um “álibi” para a vida diz respeito à convocação ao existir que um *outro* faz ao sujeito no momento da enunciação; por essa razão, entendemos que o ato é sempre ético. Isto posto, partimos na sequência para a cenografia, o ethos e os papéis de fiador e antifidador em Maingueneau (2008a, 2008b).

2 Cenografia, fiador e antifidador no *Twitter*

Realocar a cenografia, de Maingueneau (2008a, 2008b), e o ato ético, de Bakhtin (2012), à noção de comunicação ubíqua é uma tarefa que nos soa atual e pertinente, especialmente sobre uma plataforma profundamente interacional como o *Twitter*. É interessante dedicarmos um breve momento para posicionar o *Twitter* enquanto gênero (ou serviço, ou plataforma), embora esse processo de compreensão das novas mídias se traduza em uma experiência de aprendizado constante.

Primeiramente, é perigoso tentar encaixar as linguagens praticadas na hiper mídia de acordo com um novo gênero já que a comunicação ubíqua se constrói a

partir de linguagens que preexistem à rede. Maingueneau (2016), ao escrever sobre a questão dos gêneros na web, preferiu tomá-los como uma forma híbrida. O pesquisador francês lembra que, ao tratar dos chamados “cibergêneros”, costuma-se fazer uma distinção entre aqueles que retomam outras mídias e aqueles que emergem na web (como o fórum e o blog). O *Twitter*, como um serviço de *microblogging*, encaixa-se certamente na segunda categoria. Ainda assim, o linguista também realiza a pergunta que se procura responder nos últimos anos em relação à comunicação na internet. “A aparição da web modifica fundamentalmente o estado de coisas?” (MAINGUENEAU, 2016, p. 142). O autor então prossegue ao argumentar que o que a web parece fazer é oferecer um novo espaço para operar a circulação de gêneros tradicionais.

Entender precisamente a posição do *Twitter* entre os “cibergêneros” nos parece parte de uma pesquisa mais ampla, de modo que tomaremos por ora, e para os propósitos deste artigo, o que nos apresenta Maingueneau (2016). Dito isso, focalizar o *Twitter* como gênero é importante no âmbito do que traz Maingueneau (2008b) a respeito do conceito de cena enunciativa, cuja análise a decompõe em três cenas distintas: cena englobante (atribui ao discurso um estatuto pragmático e o enquadra em um “tipo”), cena genérica (que papéis são atribuídos aos parceiros, qual o suporte, qual modo de circulação e finalidade) e cenografia (instituída pelo próprio discurso). De acordo com Di Fanti (2009, p. 152), “a cenografia é construída por um texto específico, constituindo uma cena de fala que o discurso pressupõe para poder ser enunciado e para validar sua enunciação.” Ou seja, é através da cenografia que a cena enunciativa deve, ao mesmo tempo, outorgar o discurso que a constitui e por ela ser outorgada. Trata-se, como define Maingueneau (2008b, p. 71), de um processo de enlaçamento: “a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la [...]”. É para operar a cenografia que o enunciador projeta um ethos responsável por garantir que o coenunciador compartilhe de seu mundo ético: o ethos deve validar o discurso e por ele ser validado, atestando a legitimidade e a pertinência da posição do enunciador na cena discursiva.

Apesar de não ser nova, a ideia de que toda tomada de palavra infere a elaboração, premeditada ou não, de uma imagem de si no discurso ganhou pelas mãos de Dominique Maingueneau (2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2016) uma importante revisão e atualização dentro do contexto da semântica global. De acordo com Ruth Amossy (2008) é na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot que o termo “ethos” é efetivamente introduzido às ciências da linguagem, tendo sido, de certo modo, negligenciado por Benveniste, Erwing Goffman e

Kerbrat-Orecchioni, até ser desenvolvido na pragmática e análise do discurso de Maingueneau (2008a, 2008b). O autor recorre ao conceito de ethos aristotélico para elaborar a construção da imagem de si no discurso como forma de influência do locutor sobre o parceiro, como colocado por Santos e Freitas (2017, p. 256-257): “o ethos é uma noção discursiva que se constrói por meio do discurso em um processo de influência sobre o outro [...]”. Há uma intenção de persuasão, de imposição de comportamento através do discurso. Como será observado na análise, é precisamente a ausência desse intento de persuasão que denuncia a ilegitimidade do *coenunciador aparente*, do lado oposto da polarização, aos olhos do enunciador.

Ao tratarmos da projeção de um ethos, é menos importante o caráter verdadeiro do sujeito (em geral obscuro e inapreensível, muitas vezes para o próprio sujeito) do que o seu caráter aparente, percebido pelo público ao qual se dirige. Conforme Barthes, citado por Maingueneau (2008a, p. 13, grifo do autor), “são os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório [...] para dar boa impressão [...] O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, diz: eu sou aquilo, não aquilo lá”. Obter a adesão do coenunciador ao ato enunciativo requer a projeção de um ethos que, além de estabelecer certa empatia entre as partes, inspire circunstâncias para que este público possa não apenas compreender, mas também participar do mundo de conceitos e de ideias (*mundo ético*) que está sendo engendrado pelo discurso, o que passa pelo processo de *incorporação*. Todo discurso, seja oral ou escrito, possui uma vocalidade que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa (MAINGUENEAU, 2008b).

Essa vocalidade subjacente no discurso corporifica o enunciador, dando forma a um *fiador* que atesta o que é dito. Atribui-se ao fiador um “caráter” (feixe de traços psicológicos) e uma “corporalidade” (compleição física e modo de se vestir). Para Maingueneau (2008c), a subjetividade manifestada pelo discurso não pode ser concebida como estatuto, mas como uma voz que está associada a um “corpo enunciante” historicamente especificado, o que nos devolve à questão do posicionamento psicossocial de que trata Bakhtin (2012). Há uma necessidade de corpo, na figura de fiador de um *mundo ético*, onde inscrever essa vocalidade; um corpo que é condição para transitar por espaços sociais. O *mundo ético* é definido por Maingueneau (2008c) como o espaço de argumentos, ideias e linhas de raciocínio construído pelo discurso, um mundo ao qual o enunciador deve conceder acesso para o destinatário no papel de um fiador cuja responsabilidade é atestar o que é enunciado.

A apropriação do ethos do enunciador para que o coenunciador possa transitar e compartilhar desses espaços sociais ocorre por meio de um processo chamado por Maingueneau (2008c) de *incorporação*.

De acordo com Maingueneau (2008c, p. 65), através da incorporação, “o destinatário em posição de intérprete [...] se apropria desse ethos”. Como posto pelo linguista, essa incorporação atua em três registros indissociáveis: primeiro, a enunciação confere uma corporalidade ao fiador; segundo, o coenunciador assimila (ou incorpora) uma série de esquemas que correspondem a certa maneira de se relacionar com o mundo; e finalmente, conforme posto por Maingueneau (2008a, p. 73), “essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso”.

No *corpus* de análise, veremos que a “comunidade imaginária” dos que aderem ao mesmo discurso do enunciador constitui seus seguidores/público e exclui o autor original do *tweet* (OP), a quem o enunciador oferece sua réplica (em realidade, um discurso independente dirigido a seus seguidores e disfarçado de réplica para o autor do *tweet*, pois a resposta não tem objetivo de exercer influência sobre este). Como ao fiador é atribuída uma qualidade material, corpórea, o coenunciador não se limita a decifrar o sentido: ele participa “fisicamente” do mundo alcançado através do fiador.

Da mesma forma que o fiador utiliza-se de um ethos para validar seu discurso, para fazer adentrar a um mundo em que suas palavras são pertinentes, é possível, como veremos na análise, que o enunciador se utilize de um antimodelo para contrapor um modelo que se quer validar, fazendo emergir a figura de um *antifiador* para acentuar a pertinência do fiador que se engendra para cativar (“capturar”) o público. O antifiador incorpora os valores opostos aos do enunciador, fortalecendo por contraste o ethos que este projeta. Maingueneau (2008b) trata de uma cena a se contrapor como “cena validada”, ou seja, já instalada na memória coletiva, compartilhada pelos membros de uma comunidade (como lados da polarização política de um país).

Ainda não compreendemos bem a comunicação ubíqua nas redes sociais, mas sabemos que diferentes redes possuem diferentes dinâmicas de comunicação, regras específicas. Não faremos por ora uma análise comparada, mas a escolha do *Twitter* como cenário, espaço e situação de comunicação em rede, deve-se, em especial, a essa qualidade que a plataforma demonstra para se transmutar em questão de minutos em um fórum de debate, o que é positivo, mas, de outra maneira, oculta o potencial para amplificar o espectro da polarização política e exagerar as oposições, conforme tratamos na sequência.

3 Procedimentos metodológicos

O marco teórico desta pesquisa se situa sobre o *ethos* e a cenografia de Maingueneau (2008a, 2008b), o

que é correlacionado com a filosofia do ato responsável, de Bakhtin (2012), e a comunicação ubíqua, de Santaella (2014). Entendemos essa articulação necessária em função de Maingueneau não ter nos apresentado, ao menos até o momento, um material que trate da análise discursiva sobre a comunicação nas redes. Santaella (2014) e sua pesquisa sobre a ubiquidade e a “era dos fluxos” nos parece providenciar um bom suporte; ainda procuramos demonstrar que, apesar de o seguinte paralelo soar contraintuitivo, a singularidade do sujeito argumentada por Bakhtin (2012) está de acordo com a ubiquidade do sujeito nas redes sociais de que fala a pesquisadora. Ao conciliar essa questão, optamos por operar com as ideias desses três autores em uma base teórica que trata da análise discursiva (Maingueneau, Bakhtin) quando a comunicação ocorre sobre um ciber gênero digital (Santaella).

A pesquisa é descritiva, bibliográfica e de abordagem qualitativa; o procedimento é observacional e o método utilizado é dedutivo, partindo do geral para o específico. A materialidade do *corpus* de análise é constituída por uma única resposta (*reply*) de um usuário (Renato Barbosa) a um *post* de Leonardo Boff na rede social *Twitter* (ambos ilustrados e transcritos na análise), em relação ao falecimento de Dona Marisa Leticia no dia 3 de fevereiro de 2017. Em razão da objetividade necessária a uma publicação neste formato, é justo colocar que nossa análise é bastante localizada (apenas uma interação no *Twitter* relativa a um fato específico), mas busca servir como representação do tipo de interação típica na rede entre sujeitos ubíquos quando engajados em um debate que ocorre sobre um espectro político altamente polarizado.

4 A incomunicabilidade entre os lados da polarização

A partir da análise, vamos verificar uma cenografia que envolve a afirmação de um ethos sobre o apoio de um antiethos, e a corporificação de um fiador pela oposição a um antifiador definido. Esta encenação ocorre nas redes sociais em uma arena ocupada por sujeitos ubíquos, participantes que coincidem em múltiplas esferas sociais a um mesmo tempo. A cenografia ocorre em um cenário de intensa polarização em torno do debate político nacional cujos papéis serão atribuídos a seguir.

4.1 A polarização do espectro político nacional

Utilizamos o termo “espectro polarizante” (BOAVENTURA, 2017) para definir o quadro de convicções polarizado sobre o qual se desenrola a cultura de ódio e assimetria deliberada na internet, embora tais questões se apliquem também à sociedade física, fora da

rede. Essas convicções podem ser de toda sorte: políticas, religiosas ou plenamente fúteis, desde que dividam os sujeitos que gravitam em torno delas em um sistema de discussão binário, ou seja, dois grupos opostos bem distintos.

Não é difícil distinguir os lados e seus respectivos atores no embate altamente polarizado que ocorre no país – a bipartição é inconfundível, sobretudo desde o afastamento do cargo e subsequente impeachment¹ da ex-presidente Dilma Rousseff, concluído dia 31 de agosto de 2016. Em relação ao período em que foram publicados os *tweets* acerca da internação e da morte de Dona Marisa Leticia (última semana de janeiro e primeira semana de fevereiro de 2017), podemos afirmar que os lados desse cenário político se opõem entre uma esquerda e uma direita que se excluem mutuamente. Uma palavra a favor de um lado é prontamente antagonizada pelo outro; o discurso que se opõe à visão de mundo do outro é jogado na vala comum dos discursos que pertencem a esse ou àquele grupo, em uma clara deterioração do debate para mera política identitária. Via de regra, o discurso que provém do “outro” não é considerado legítimo para que mereça uma resposta legítima, sendo utilizado como mera base para afixação de uma figura (um antagonista, antifidador) que terá então uma função na encenação do enunciador com objetivo de persuadir um outro coenunciador, ocupante do lado comum do debate. Podemos ilustrar o espectro polarizante conforme consta na **Figura 1**:

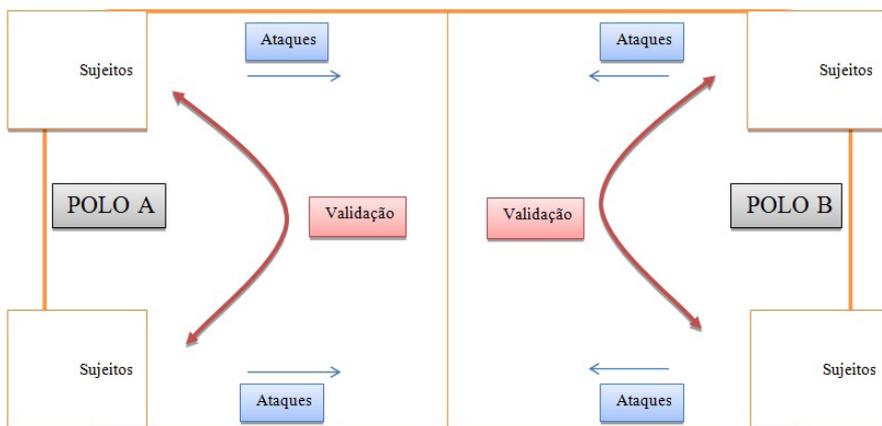


Figura 1. O espectro polarizante da política nacional em fevereiro de 2017

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

Chamaremos o sujeito que é autor do *tweet* original (no caso, Leonardo Boff) de OP (*original poster*), termo derivado de fóruns de internet como o *Reddit*, destacando que o *tweet* analisado será a réplica a esse. As setas em

azul representam os discursos (“ataques”) que cada polo oposto direciona ao outro; discursos que, como veremos, não contêm uma intenção de trazer o coenunciador aparente ao mundo ético do enunciador. A seta dupla em bordô, por sua vez, representa a validação mútua que os participantes de cada lado do espectro buscam em seu próprio grupo a partir dos discursos (falsamente) direcionados ao lado oposto. Essa legitimação do seu discurso junto ao grupo com que o polo é compartilhado fortalece (ao invés de desafiar) a posição identitária do sujeito. Esse cenário, esperamos, ficará mais claro na sequência da análise.

4.2 Dona Marisa Leticia e o ódio teleguiado

No dia 24 de janeiro de 2017, a ex-primeira-dama Dona Marisa Leticia, esposa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi internada às pressas no hospital Sírio-Libanês por conta de um aneurisma. Ela não resistiu e a morte cerebral foi confirmada em uma sexta-feira, no início da noite, dia 3 de fevereiro. Desde a notícia do AVC no dia 24 até muito após o anúncio oficial da morte, no dia 3, as redes sociais foram tomadas por uma onda de ódio direcionado à ex-primeira-dama e manifestado dos mais diferentes modos e nas mais variadas plataformas. Seguiram-se mensagens com conteúdo que representa alguns dos pontos mais repreensíveis da natureza humana vistos no *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, espaços para comentários de sites de notícias e, principalmente, grupos do *WhatsApp*, onde a noção de círculo fechado pode passar uma falsa sensação de segurança e abstenção de responsabilidade.

De modo semelhante, proliferaram-se falsas notícias e teorias conspiratórias rapidamente adotadas e compartilhadas por quem viu na história um modo de ter sua perspectiva validada. Essas narrativas afirmavam, entre outras coisas, que Lula teria colocado a culpa pela morte de sua esposa no Juiz Federal Sérgio Moro, que Dona Marisa não poderia doar os seus órgãos por ter mais de 70 anos e que, portanto, o anúncio da doação teria sido inventado (é oportuno registrar que o falecimento ocorreu aos 66 anos; além disso, não existe limite de idade para doação de órgãos) e, ainda, que Dona Marisa não havia morrido, mas fugido do país com milhões de dólares e que a morte teria sido forjada; essa história em particular era acompanhada de uma imagem da ex-primeira-dama na Itália para demonstrar que a ex-primeira-dama já estava em outro país; a fotografia em questão foi feita em 2005.

¹ O uso do termo “impeachment” neste trabalho não deve denotar qualquer carga ideológica.

O que ocorreu à Dona Marisa pode ser considerado fundamentalmente errado do ponto de vista humano; vilipêndio em praça pública do corpo, ainda que metafórico, por um grupo organizado em torno de tochas e rastéis e movido por um ódio endereçado inicialmente não a ela, mas a Lula, e do qual a ex-primeira-dama foi feita alvo. É pelos dados que dispomos nesta seção, severamente amenizados pela falta de espaço, que abordamos o espectro polarizante como um cenário real e cujas forças centrípetas afastam os sujeitos de ambos os lados do centro, o que representaria aqui um denominador comum, uma possibilidade de diálogo com a cessão de terreno e espaço para aceitação de pontos de vista alheios.

Neste contexto, a morte de Dona Marisa Leticia foi utilizada por extremos de ambos os lados da polarização para fazer avançar suas agendas políticas e fortalecer suas posições identitárias. No caso do *corpus* de análise, veremos que o falecimento da ex-primeira-dama é mero pano, usada pelo enunciador como ponto de apoio para sua narrativa com objetivo de fortalecer e preservar sua identidade ao mesmo tempo que antagoniza o lado oposto (Leonardo Boff). Veremos a análise do *corpus* a seguir.

4.3 A encenação no *Twitter* e seus desdobramentos

Pretendíamos, inicialmente, ilustrar esta pesquisa com dois *tweets* de lados opostos da polarização política nacional, o primeiro em resposta a Leonardo Boff, posicionado pelo seu coenunciador à esquerda da polarização, e o segundo em resposta a Reinaldo Azevedo, posicionado por seu coenunciador à direita do espectro. Abandonamos essa ideia por duas razões: primeiro, pela limitação do espaço; segundo, as duas análises são bastante semelhantes de modo que o leitor está convidado a inferir, a partir da análise feita, que a dinâmica do ethos sobre o espectro polarizante demonstrada na pesquisa funciona para ambos os lados da polarização e que o presente trabalho não toma parte no debate político nacional, apenas acusa a incomunicabilidade e antagonismo entre os lados contendores.

Com o espectro polarizante desenhado no item 4.1, podemos entender como se posiciona discursivamente o enunciador a partir de sua resposta ao autor do *tweet*, entendendo, em primeiro lugar, a posição atribuída a este pelo enunciador. O *tweet* de Boff está ilustrado na sequência, na **Figura 2**.

O *tweet* de Leonardo Boff² é o seguinte: “Dona Marisa ao ódio respondeu doando seus órgãos”, com um

link para um artigo opinativo em seu blog. O *tweet* é do dia 5 de fevereiro de 2017. Nossa análise, contudo, recairá não sobre o *tweet* de Boff, mas sobre uma das respostas dadas a ele por um usuário, Renato Barbosa. É através desta resposta, ilustrada na sequência, na **Figura 3**, que o usuário posiciona Boff em um dos polos do espectro e compõe uma cenografia na qual o teólogo é anti-fidador de um mundo ético que serve de antimodelo, onde seu discurso é ilegítimo e impertinente.



Figura 2. *Tweet* de Leonardo Boff

Fonte: *Twitter* (2017).

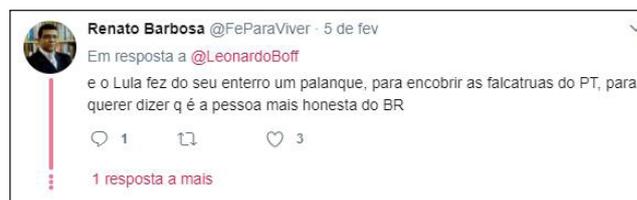


Figura 3. *Tweet* de Renato Barbosa

Fonte: *Twitter* (2017).

Os papéis linguageiros dos sujeitos presentes na encenação são os seguintes:

- OP (*original poster*) / coenunciador aparente e anti-fidador: Leonardo Boff. Não é encarado como parceiro legítimo, mas meramente utilizado pelo enunciador para servir à função de anti-fidador;
- Enunciador ubíquo: Renato Barbosa;
- Coenunciador legítimo: um coletivo formado pelo público em geral e seguidores de Renato Barbosa. Por “legítimo” leia-se “legitimado pelo enunciador” para a negociação de sentido, em oposição ao OP.

O ponto do qual partimos é a resposta do enunciador. Importante notar que, como a encenação discursiva ocorre sobre um plano virtual, local de projeção de avatares que correspondem a sujeitos determinados no plano físico,

² Leonardo Boff é teólogo, filósofo, ecologista e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Boff é posicionado pelo seu enunciador à esquerda, polo A do espectro polarizante.

Renato Barbosa deve ser tomado para análise como um enunciador ubíquo, articulação entre ser físico e ser virtual. De acordo com essa faculdade, Barbosa enuncia a partir não somente de uma arena social, mas de duas, que ele ocupa simultaneamente, o que configura a ubiquidade do sujeito (SANTAELLA, 2014). Sua posição é única e singular dentro desse segundo espaço social dado que sua topografia na cena discursiva pode ser determinada ainda que a posição física do sujeito seja velada (e pouco importante para os propósitos desta análise), mesmo que conjugada junto à posição social e física no espaço externo ao virtual; seu ato, portanto, não deixa de ser, ainda que encenado sobre o plano virtual, um ato ético responsável (BAKHTIN, 2012).

A transcrição do *tweet* de resposta é a seguinte: “e o Lula fez do seu enterro um palanque, para encobrir as falcatruas do PT, para querer dizer q é a pessoa mais honesta do BR”. A resposta vai de encontro à perspectiva adotada por Boff e está carregada de valor estético (“falcatruas do PT”); o enunciador ubíquo o posiciona do lado oposto ao seu no espectro polarizante. Como podemos observar, o *tweet* de Renato Barbosa possui três (3) curtidas. Essas três pessoas que aprovaram o seu *tweet*, além das que leram, concordaram, mas não chegaram a utilizar o botão “curtir” ou “retweetar”, formam o coenunciador legítimo de Renato Barbosa, em um esquema (Figura 4) que podemos mostrar da seguinte forma:

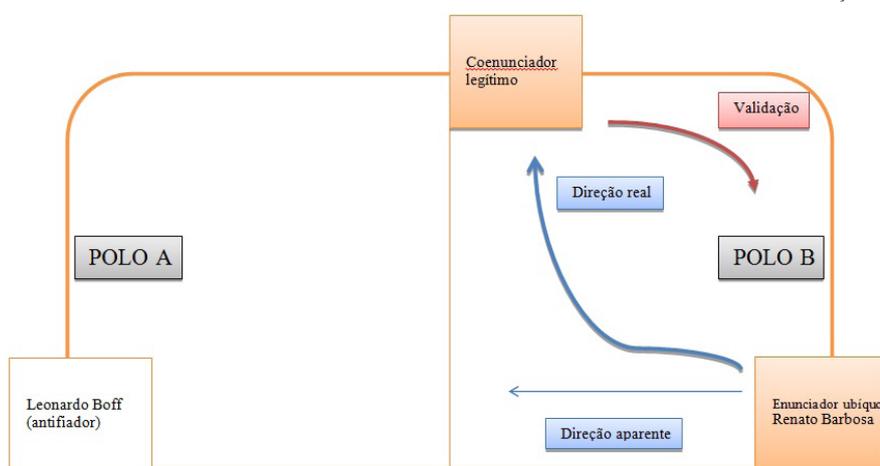


Figura 4. O verdadeiro coenunciador do enunciador ubíquo no espectro polarizante

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

O sujeito ubíquo Renato Barbosa, fiador do seu mundo ético, coloca-se à direita, Polo B, e posiciona o antagonista de sua encenação, o OP Leonardo Boff, à esquerda, no Polo A. O enunciador oferece réplica (*reply*) ao autor do *tweet*, mas não reconhece sua legitimidade para a troca, pelo contrário, utiliza-o como coenunciador aparente e ponto de apoio de sua narrativa, antifiador

de um mundo ético a ser rejeitado (como antimodelo) para seu coenunciador legítimo. A direção verdadeira do ato linguageiro do enunciador ubíquo se faz evidente pelo tom emotivo-valorativo (BAKHTIN, 1997) que ele aplica a seu *tweet*. Lembrando Bakhtin (1997), o estilo não trabalha com palavras, mas com componentes e valores do mundo e da vida. Ao usar “falcatruas do PT”, Renato Barbosa seleciona, por uma perspectiva dialógica, um termo corrente nas trocas discursivas prévias entre os dois lados do espectro polarizante. “O enunciado é sulcado pela ressonância longínqua e quase inaudível da alternância dos sujeitos falantes e pelos matizes dialógicos” (BAKHTIN, 1997, p. 318).

O enunciador faz uma escolha lexical (“falcatruas”) que separa de imediato destinatários em dois grupos: os que aceitam o tom emotivo-valorativo carregado em seu discurso e os que o rejeitam. Não pode haver meio termo porque “Falcatruas do PT” é em si mesmo um enunciado polarizante; com ele não se inicia um debate porque se trata de uma sentença determinante de valor (tais atos daquele grupo *são* “falcatruas”). Um diálogo com alguém posicionado no outro polo esbarra na própria revisão que este destinatário faria do enunciado (tais atos *não são* “falcatruas”). O enunciado só encontraria recepção e simetria por parte de quem divide previamente o mesmo mundo ético do enunciador, para quem tais atos *são*, de fato, falcatruas. Por isso a encenação do enunciador, por uma valoração estética que só encontra correspondência

no polo B do espectro (direita), não pode ser direcionado ao polo A (esquerda), onde esbarra em um julgamento de valor conflitante que trava uma possibilidade de simetria do ato. O enunciador não deseja ter suas convicções e saberes desafiados, tampouco deseja desafiar as convicções e saberes do autor do *tweet*, convocando este a participar do seu mundo ético. A seleção lexical feita é um indício de que o enunciador se fecha em sua posição identitária ao invés de colocá-la no campo aberto da troca linguageira, pois o diálogo

com alguém de convicções contrárias às do sujeito é sempre um desafio à sua identidade.

Não há com o OP, coenunciador aparente, uma negociação de sentido, pelo contrário, a ele é apenas atribuída uma função na encenação do enunciador ubíquo: a de fiador de um antimodelo, ou seja, um antifiador. Dentro de um debate político binário, em que cada lado da polarização posiciona o outro ao extremo do espectro, há cenas validadas na memória dos participantes. De acordo com Maingueneau (2008b, p. 80-81),

O ethos dito, além da figura do fiador e do antifiaador, pode também incidir sobre o conjunto de uma cena de fala, apresentada como um modelo ou um antimodelo da cena de discurso. Tal cena de fala pode ser chamada de cena validada, em que “validada” significa “já instalada na memória coletiva”, seja como antimodelo, seja como modelo valorizado [...].

No caso de Barbosa, que posiciona Boff na extrema esquerda da polarização em sua encenação, a cena validada para ele e para os ocupantes do seu polo do espectro atribui a figuras que gravitam em torno da insígnia “PT”, como Lula e Dona Marisa, papéis negativos. Essa cena está validada em suas memórias discursivas e essas figuras (bem como seus apoiadores) são abordadas com hostilidade. O enunciador Renato Barbosa, por sua vez, assume o papel de fiador de um outro mundo ético, oposto ao antimodelo do qual Boff, OP, é fiador (*antifiaador*, portanto). A incorporação vai além da simples empatia; ela dá acesso a um *mundo ético* do qual o fiador é o guardião, o “chaveiro”. Como posto anteriormente, o fiador está relacionado a uma dinâmica corporal, então o coenunciador não decodifica o sentido, mas é convidado a participar de um mundo cuja ponte é o fiador. Do mesmo modo, o enunciador pode atribuir a uma figura de sua encenação o papel de *antifiaador*, representante de um antimodelo ético: quanto mais diferente deste, mais persuasivo o enunciador parecerá. É precisamente o papel de antifiaador que o enunciador incumbe ao OP, autor original do *tweet*, não havendo como este ser, portanto, parceiro legítimo da troca linguageira.

Há uma incomunicabilidade entre os lados da polarização política. No caso analisado, do momento em que é transformado em antagonista na encenação do sentido, este relegado ao enunciador ubíquo Renato Barbosa e a seu coenunciador legítimo, composto pelo público com quem compartilha o mesmo polo do debate. Barbosa e seu público fecham a construção do sentido entre si, em um círculo que retroalimenta a si mesmo, ao engajarem em uma dinâmica de validação e revalidação identitária que segue duas etapas: (1) Barbosa valida a perspectiva e a identidade de seus seguidores ao atacar um representante do polo oposto (antagonista na encenação do enunciador); (2) seus seguidores revalidam sua perspectiva e identidade ao utilizar as ferramentas de recompensa incorporadas ao *Twitter* (o botão “curtir”) para expressarem sua aprovação. O ethos que Barbosa projeta se fortalece pelo contraste com o antiethos de Boff: quanto mais diferente deste, mais positivo será percebido pelos seus seguidores convocados a participarem de seu mundo ético. O ethos de Barbosa que resulta dessa cenografia é um ethos crível e legítimo; totem dos valores que compõem o mundo ético em que seus seguidores se

veem representados e fortalecidos pelo contraste com o antiethos de Boff.

Há, dessa forma, um pacto silencioso, descendente da política identitária, que alimenta a polarização do debate político nacional e que é amplificada pela comunicação ubíqua nas redes sociais, prevenindo os ocupantes de cada polo do espectro de entrarem em contato com perspectivas que desafiem seus posicionamentos no discurso e que ameacem suas concepções de identidade.

Considerações finais

Buscamos compreender neste artigo os sintomas de incomunicabilidade entre os lados do debate político nacional, verificando que qualquer possibilidade de diálogo está severamente limitada por uma intensa polarização do espectro político que mantém a construção de sentido circulando apenas entre os grupos ocupantes de cada polo. Para verificar essa hipótese, valemo-nos da articulação entre três autores: Bakhtin (2012) e sua noção de ato ético responsável, Santaella (2013) e a comunicação ubíqua, e finalmente Maingueneau (2008a, 2008b) com a cenografia e ethos discursivo.

De acordo com a questão norteadora da pesquisa, o enunciador ubíquo opera sua encenação no *Twitter*, em um contexto de intensa polarização política, atribuindo a seu coenunciador aparente a função de antifiaador do discurso, projetando um ethos crível e legítimo, que incorpora os valores do seu mundo ético e que se fortalece pelo contraste com o antagonista da encenação em um processo que tem como objetivo validar a identidade de seus seguidores na rede social e, conseqüentemente, levar a identidade do enunciador a ser validada por estes. Como posto anteriormente, nosso objetivo foi demonstrar o funcionamento desse processo em uma situação de comunicação ubíqua, em que os participantes da encenação discursiva se fazem presentes em mais de um espaço social ao mesmo tempo.

Para tratar dessa questão e resolver esse objetivo, analisamos a encenação discursiva de um *tweet* em relação ao falecimento da ex-primeira-dama Dona Marisa Leticia em fevereiro de 2017. Buscamos demonstrar como o enunciador Renato Barbosa, sujeito ubíquo (presente em múltiplos espaços sociais, seja na arena física, seja na arena virtual), não engaja de fato com seu coenunciador aparente Leonardo Boff, a quem endereça seu *tweet* de resposta, mas o utiliza como antifiaador em sua encenação discursiva, opondo-o a si mesmo para fortalecer a legitimidade e credibilidade de seu ethos junto a seus seguidores, ocupantes do seu lado do espectro polarizante do debate político.

Por fim, em relação ao fato que deu origem à interação utilizada no *corpus* de pesquisa, cabe colocar

que a segunda morte (a da imagem) imposta à Dona Marisa Letícia nas redes sociais é um fenômeno recorrente do espectro polarizante político e pôde ser revisto muito recentemente no caso de Marielle Franco, que, em questão de horas, foi transformada em esposa de traficante e vereadora eleita pelo Comando Vermelho, descaracterização semelhante por que passou a ex-primeira-dama. Além das difamações espalhadas em correntes do *WhatsApp* e compartilhadas em outras redes sociais, os numerosos comentários que comemoram as mortes de Dona Marisa e de Marielle, postados principalmente no *Facebook* e no *Twitter*, merecem muita atenção. É fácil dispensar esses posts como meras manifestações de ódio cego, distantes e isolados demais para serem levados a sério, mas isso seria um equívoco. Há uma lógica, ainda que perversa, que corre a mente de quem os escreve. No caso de Marielle, por exemplo, a frase que tanto se repetiu, “ela defendia bandido”, é preñhe de uma tese, apoiada sobre um desprezo endêmico pelos direitos humanos, de que Marielle teve refutada na pele a validade de sua luta política, e que portanto há uma justiça irônica em sua morte. Os comentários no *Twitter* sugerindo, à época da internação de Dona Marisa, que a ex-primeira-dama deveria buscar atendimento no SUS têm origem na mesma ideia.

As narrativas elaboradas em torno de ambos os eventos parecem absurdas demais mesmo para merecerem um contra-argumento, mas a questão é precisamente esta: o enunciador não concede possibilidade de construção de sentido com quem seria capaz de oferecer uma perspectiva contrária. Nossa pesquisa está limitada a traçar um diagnóstico da incomunicabilidade entre as partes do debate político, mas julgamos apropriado finalizar apontando para a seguinte possibilidade, carente de uma análise posterior: ainda que difíceis de mensurar, elementos como o ódio e a intolerância, incognoscíveis demais para serem quantificados em uma pesquisa, parecem estar no coração do que separa os lados da polarização política no Brasil.

Referências

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-28.
- BAKHHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOAVENTURA, Luis Henrique. *Encenação e ubiquidade em discursos no Twitter: procedimentos de análise*. 135 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.
- BOAVENTURA, Luis Henrique. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2012.
- DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Identidade, alteridade e cultura regional: a construção do ethos milongueiro gaúcho. In: *Revista Alfa*, v. 53, n. 1. 2009. p. 149-166.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 69-92.
- MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de ethos. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Org.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008c. p. 55-73.
- MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In: PROENÇA LARA, Glaucia Muniz; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008d. v. 1. p. 199-218.
- MAINGUENEAU, Dominique. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web? In: *ABRALIN*, Curitiba, v. 15, n. 3, 2016.
- SANTAELLA, Lucia. *Navegar no Ciberespaço – O perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- SANTAELLA, Lucia. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013. [e-book].
- SANTAELLA, Lucia. *Sociotramas: estudos multitemáticos sobre redes digitais*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTOS, Eliane Davila dos; FREITAS, Ernani Cesar de. Cenografia e ethos no site Schmidt Takahashi: cultura, memória e comunicação. In: PAVAN, Maria Angela; LISBÔA FILHO, Flavio Ferreira; MORAES, Ana Luiza Coiro (Org.). *Histórias e Memórias da Comunicação Institucional e Publicitária*. 21. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2017. p. 25-269.

Recebido: 26/05/2018

Aprovado: 22/10/2018

 ERNANI CESAR DE FREITAS <nanicesar@terra.com.br>

Professor, Feevale, Novo Hamburgo, e Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.

 LUIS HENRIQUE BOAVENTURA <luisboaventura@hotmail.com>

Pesquisador, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil.